



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Boa tarde a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região da Casa Verde.

- Apresentação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Romeu Manoel.

- Áudio incompatível. Transcrição prejudicada.

**O SR. ROMEU MANOEL** – Boa tarde a todos.

Meu nome é Romeu Manoel. Estou aqui representando os moradores da Rua Urandi, da Casa Verde.

Parabenizo, inicialmente, os membros desta Comissão Permanente, pelo trabalho que vêm fazendo, que é enorme.

Faço referência à palavra do Sr. Vereador Paulo Frange, quando disse que a Casa Verde, hoje, no mapa é cinza. Eu sou do tempo em que ela era verde.

Os moradores da rua onde moro também são todos da época em que era verde.

A Casa Verde, durante muitos anos, foi restrita a um desenvolvimento, até por conta do espaço aéreo do Campo de Marte; eram proibidas edificações. E o bairro ficou, praticamente, familiar, porque as pessoas se alocaram. Eram residências, as famílias se

desenvolviam e são todas conhecidas.

De lá para cá, o bairro cresceu, como toda a Cidade.

Hoje, há uma população enorme, e as carências e necessidades são outras e requerem esse trabalho que vocês vêm desenvolvendo.

Porém, em linha com isso, existe uma preocupação, porque o zoneamento, praticamente, (ininteligível) na Casa Verde, com alguns pequenos espaços residenciais.

Embora a gente respeite o desenvolvimento – ninguém pode se voltar contra ele -, existem espaços nesse zoneamento que nós achamos que requerem tratamento especial, em específico, ruas sem saída.

A nossa rua é uma rua sem saída.

Com o desenvolvimento da Cidade e do próprio país, as características de vida, hoje, são bastante diferentes das dos anos 70, quando foi editada a Lei 13.885, de Uso e Ocupação do Solo, quando o número de veículos era bem menor. Hoje, a classe média possui, no mínimo, dois veículos em casa.

Então, uma rua sem saída, por si só, já tem um fluxo de veículos demasiado. Se ela for liberada para uso não residencial, será impactada violentamente – como já foi, no nosso caso, gerando vários atritos.

Vimos aqui hoje para pedir que, embora respeitemos o zoneamento que está sendo proposto para a área, que a rua, em si, seja considerada uma rua de uso residencial.

Sei que existem leis para isso.

A Lei 10.015 que regulamenta ruas sem saída; a própria Lei 13.276 também fala sobre o uso e ocupação do solo.

Existem esses fatos sobre os quais falamos das características da população, mas, também, o histórico da rua. Essa rua foi construída pelo proprietário. Essa rua foi considerada uma rua particular.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – O tempo está esgotando, peço desculpas.

**O SR. PAULO FRANGE** – A área do entorno é mista? (Pausa)

**O SR. ROMEU MANOEL** – Então, o que pedimos aos senhores é que haja um tratamento especial nesse caso.

Protocoliei uns documentos com vários anexos, e estamos à disposição para dar maiores esclarecimentos.

Contamos com vossa ajuda. Bom dia dos pais a todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – A próxima é a Sra. Rita de Cássia.

**A SRA. RITA DE CÁSSIA** – Boa tarde. Vou explicar um pouquinho.

Primeiro, quero falar que em 1975 foram instituídas as zonas industriais em São Paulo, na Mooca, bairro do Limão, Pirituba, Vila Leopoldina e Itaquera, esta última, um pouco mais tarde, na década de 80.

Em 2004, a Prefeitura decidiu que São Paulo não era um lugar para se ter indústria, que só servia para ter serviços e comércio. Então, ela diminuiu as zonas, fez uma mudança de zoneamento na calada da noite – quem é dessa época se lembra.

Foram anos esperando uma revisão para que as coisas ficassem regulares.

Na Nossa Senhora do Ó, existem galpões grandes, que eram ocupados por metalúrgicas e madeireiras que tiveram que sair porque se tornaram irregulares.

A Casa Verde tem um problema sério de locomoção, para as pessoas conseguirem se locomover, especialmente quando arrumam emprego do outro lado da cidade.

Então, manter essa zona industrial é uma proposta que fiz no Plano Diretor desde o começo do estudo do Plano Diretor, depois, nas oficinas da Subprefeitura, no sentido de que esses galpões que existem no local fossem revitalizados e reformados – tenho fotos que apresentei nas oficinas -, pudessem compor uma zona industrial, a fim de que viessem, de novo, as indústrias, se for o caso; se não for, que fossem grandes galpões de depósito, onde poderia haver o *e-commerce*, porque estão próximos à Marginal para os dois lados, próximos a

tudo, às rodovias.

É um ponto favorecido, privilegiado, mas não entendi até agora por que essa proposta que estava na primeira minuta – até dezembro estava dessa forma, porque acompanhei -, como zona industrial mudou. Quando foi feita a segunda minuta, que vocês disseram que ocorreu através da participação popular, com pedidos pontuais, ela mudou e passou a ser uma zona nova, cujo nome eu não sei o nome, mas acho que é zona mista de desenvolvimento, onde só cabem as indústrias 1-A e 1-B, não é isso? (Pausa)

Então, o que vim criticar é isso, esse zoneamento, porque é um nicho, não é uma área muito grande, não. Pega da Nossa Senhora e vai até a Marginal; pega a parte da Celestino Bourroul até a Inajar de Souza.

O que peço é que continue sendo uma zona industrial até para que gere empregos na região.

Outro erro que a gente já percebeu em 2004 e que continua acontecendo: demarcação de ZEIS em zonas contaminadas. Aconteceu na Vila Leopoldina, o terreno está parado até hoje; está acontecendo, de novo, na nossa região; aconteceu em Pirituba, na Estrada do Corredor, de marcarem ZEIS em um terreno onde, além de a pessoa ter desmatado a mata nativa, Mata Atlântica, foi construído um shopping no local, sendo que era uma área de ZEIS.

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ricardo de Almeida Mendes, da Sociedade Amigos do Parque Itaguaçu.

**O SR. RICARDO DE ALMEIDA MENDES** – Estou presente e estive na audiência pública da Freguesia do Ó porque o Parque Itaguaçu é abrangido pelas duas Subprefeituras.

A reivindicação é a mesma:

“Como representante da Sociedade Amigos do Parque Itaguaçu e da Cantareira, entidade que assumiu com a Prefeitura de São Paulo o direito real de uso desse loteamento,

regularmente aprovado com TVO, Termo de Verificação de entrega de Obras, numa área total de 750 mil metros quadrados, com 128 mil metros quadrados de áreas verdes preservadas e onde em suas áreas institucionais a Prefeitura instalou uma EMEI, uma EMEF e uma oficina de cultura, para que sejam mantidas as suas restrições, com as áreas permeáveis de 50%, o gabarito de 15 metros, ou seja, prédios de até quatro andares, construção de até uma vez a área do terreno, unidades multifamiliares, por se tratar de uma antiga área ZEI-18, que foi, posteriormente, transformada em ZMP e, atualmente, está classificada como ZNA, entendemos que o atual zoneamento representa um ponto de equilíbrio entre a manutenção de suas características urbanistas e ambientais, os interesses imobiliários e dos atuais proprietários das casas, permitindo a convivência e usufruto da infraestrutura existente por um grupo de moradores que venha a contribuir com a manutenção dessas áreas verdes, essas mesmas áreas de convivência e a infraestrutura de água, esgoto e vias públicas assumidas pela sociedade.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – O próximo orador é o Paulo Caim, da Alameda Canto das Águas.

**O SR. PAULO CAIM** – Boa tarde, Vereador Gilson Barreto e Vereador Paulo Frange, bem como todos os presentes.

Sou Paulo Caim, Presidente da Associação Parque Itaguaçu, em defesa do verde e do meio ambiente.

Represento aqui um grupo de moradores, mas, na verdade, a nossa é a luta da preservação, para que a Casa Verde não seja cinza. Estamos nas portas da Cantareira, Vereador.

Lá, hoje, mesmo sendo uma ZNA, já é uma zona cinza e não pode ser ampliada.

O momento é muito oportuno.

Disse na Freguesia do Ó e vou repetir: ao aprovar o Plano Diretor damos um

grande passo para a Cidade; aprovar a Lei de Zoneamento é o próximo grande passo para os próximos 20 anos.

Então, Vereador, o Plano Diretor é o coração da Cidade, e o Zoneamento é o pulmão. É uma reflexão simples, mas direta.

Defendendo o zoneamento, estamos defendendo o pulmão da Cidade, defendendo a Serra da Cantareira e a sua borda, onde está encravado o Parque Itaguaçu.

Estamos reivindicando uma ZERA, zona exclusivamente residencial ambiental.

Esse será motivo para a preservação para os próximos 20 anos.

Acho que é muito importante a mobilização da comunidade e o apoio dos Vereadores e a sua sensibilidade, porque fazer isso é defender a Cidade, não só o Parque Itaguaçu, é a Cantareira, o pulmão verde da Cidade, e, nessa crise hídrica, é defender os cursos d'água, os pequenos córregos, da mata nativa e dos pequenos bichos que estão lá, sofrendo com um impacto também do Rodoanel, que já rasgou muito da Serra da Cantareira.

Agora, o zoneamento tem que recuperar isso implantando o Itaguaçu, ZERA, zona exclusivamente residencial ambiental.

Acho isso importante para a Cidade, para o Parque Itaguaçu e para a zona Norte.

Quero agradecer aos Vereadores. Tenho a certeza de que vão olhar com muito carinho o Parque Itaguaçu porque, ao olhar para ele, estarão olhando para a Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto)** – O próximo é o Sr. Otacílio Ribeiro, do Movimento pela Construção do Parque Público do Parque Peruche.

**O SR. OTACÍLIO RIBEIRO** – Boa tarde a todos, à Mesa. Gostaria de cumprimentar todos na pessoa de Paulo Caim, do Itaguaçu. Nós formamos uma rede de novos parques de São Paulo. São milhões de pessoas lutando pelo verde e pela qualidade de vida em São Paulo.

Nós, do Parque Peruche, lutamos há 40 anos, quando fundamos o Movimento pelo

Parque Peruche, que é uma área existente atrás do Colégio Meireles de 60 mil metros quadrados.

Srs. Vereadores, há um projeto tramitando na Câmara, de autoria do Vereador Mario Covas Neto, que está para ser votado, mas esse projeto abrange 43 mil metros e a área é Zepam, com 61 mil metros. Do lado, adquiriram a área, que corresponde à outra matrícula - naquela área há três matrículas -, construíram, destruíram a nascente, destruíram árvores. Embargamos e eles respondem por crime ambiental. As duas outras matrículas também adquiriram parte da área, cortaram árvores, cimentaram, também denunciemos e estão respondendo por crime ambiental.

Por isso Srs. Vereadores, essa luta é fácil de resolver. Os proprietários devem muito IPTU, não vai haver prejuízo algum ao Município, porque construir parque público não é prejuízo, é qualidade de vida. Construir parque público é bom para toda a comunidade de São Paulo, para toda a população, para milhares de pessoas.

Aproveitando, gostaria também de falar sobre outra demanda importante da Casa Verde. O nosso amigo, que é da Casa Verde, deve ter jogado muita bola nos campos do Cruz, do Baruel e do Paulista. Lá, companheiro, lutamos porque a União pediu a área que ocupamos há 50 anos e proporcionamos lazer para mais de 10 mil pessoas gratuitamente. Estamos lutando para que essa área não seja destruída. Ninguém nos pediu a área, conseguimos uma liminar e estamos lutando na Justiça. Todo o pessoal da várzea de São Paulo está lutando para não perder essa área, que é a única área do Brasil com seis campos de futebol.

Quando aconteceu a audiência aqui da Câmara, protocolamos um ofício pedindo para que essa área seja tombada em benefício do futebol brasileiro, porque é a única área para esporte gratuita que existe no Brasil e que é mantida pela comunidade. Foi feita muita benfeitoria lá e nunca teve um centavo público.

Era isso que queria colocar.

Obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB)** – Muito obrigado. A próxima oradora é a Sra. Daniela Bruzarrosco, moradora da Rua Paulo Vidigal Vicente de Azevedo.

**A SRA. DANIELA BRUZARROSCO** – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereadores. Agradeço pela oportunidade.

Na verdade, acredito que a Lei de Zoneamento seja bem benéfica a toda a população do Estado de São Paulo, porém tem de ser visto com muito carinho exatamente a questão colocada pelo primeiro orador: verificar as ruas que são extremamente residenciais.

A Rua Paulo Vidigal é travessa da Avenida Deputado Emilio Carlos, próxima ao Lago do Limão e é uma rua extremamente residencial. Não há fluxo de veículos e nem grande demanda sobre esse assunto. É um condomínio antigo, que não possui vagas para todos os moradores. Por isso os moradores da região acabam utilizando a via pública para deixar seus veículos.

É óbvio que temos de apurar a mobilidade do Estado de São Paulo, sim, mas primeiro temos de investir no transporte público, porque já temos as vias exclusivas disponíveis por toda a Cidade, porém não há ônibus e metrô suficientes para a demanda do Estado de São Paulo e para aqueles que vêm trabalhar ou para qualquer outro tipo de atividade na Capital. Mas percebemos que isso não tem sido fruto de grande investimento na nossa Cidade e os motoristas de veículos têm sido altamente prejudicados por esse tipo de atitude, porque é óbvio que se tivermos um transporte público ideal na nossa Cidade, o nosso veículo fica em casa. Mas se não temos, como faremos a mobilidade? Ciclofaixas, ciclovias, concordamos.

O artigo 1º, no inciso IV, menciona adequação do uso do solo aos modos de transportes não motorizados. Concordo plenamente, mas, antes de impor, deveriam verificar a satisfação de todos. Não são todos que querem o transporte não motorizado. Tem de ser visto ambos os lados.

E na Rua Paulo Vidigal, especificamente, querem colocar numa praça pública o ponto final de ônibus. A praça não comporta, porque, além de ser extremamente residencial,

não existe possibilidade de se colocar um ponto final ali. Não há necessidade disso. E os moradores ali estão sendo totalmente prejudicados, porque agora eles modificaram a forma de estacionamento da rua. Antes era 90 graus e agora eles querem que deixem os veículos na lateral, só que o condomínio, por ser antigo, por ter mais de 30 anos, não possui capacidade para atender à demanda de estacionamento dos moradores. Então, não gostaria que essas vias residenciais que não interferem diretamente no trânsito da Cidade de São Paulo venham sofrer por essa falta de observação, pela inobservância disso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Quero registrar a presença de Miriam Marquesine Negrão, neste ato, representado o nobre Vereador Rubens Calvo, a quem passo a palavra.

**A SRA. MIRIAM MARQUESINE NEGRÃO** – Boa tarde a todos. Vim aqui reivindicar que na área desocupada ali perto da Ponte do Limão, onde existia um antigo Clube Matarazzo, se tornasse área de preservação Zepam. Estamos sendo ameaçados com a vinda de uma garagem de ônibus onde existe um fluxo muito grande de automóveis, porque é a saída do bairro. Já temos um problema sério no bairro, que são as saídas para as pontes. Se colocarem com uma garagem de ônibus naquele local, vai acarretar um tumulto muito grande para a região.

Outra coisa, lá já existe uma infraestrutura de clube. Temos vestiários, quadra, já toda implantada. A Prefeitura do Município de São Paulo poderia aproveitar a própria infraestrutura que existe no local. Esse é um pedido.

Outro pedido, já falado anteriormente, é sobre a área industrial da região próxima à Inajar de Souza, e Lago do Limão, que é uma área industrial. O que está acontecendo lá? Sempre existiram as indústrias, e hoje estão implantando prédios residenciais. Não existe acordo entre os dois. Os da residência reclamam da indústria. A pessoa que está lá implantada, há muito tempo na área industrial, está sendo expulsa do local. Temos de

preservar até a Av. Nossa Senhora do Ó como área industrial. Já estava no Plano, tudo, e agora foi modificado.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Com a palavra a Sra. Gilda Pimentel Mendes, Sociedade Parque Itaguaçu Cantareira.

**A SRA. GILDA PIMENTEL MENDES** – Boa tarde a todos. Gostaria de falar, novamente sobre uma Zepam em uma quadra interna ao parque Itaguaçu da Cantareira. Essa quadra foi cortada pelo Rodoanel. Interna a ela, existia, como existe área verde. Nesse novo mapa de revisão, a Zepam se estendeu até os limites viários e dessa forma transformou lotes regulares em Zepam. Sei que o senhor falou que as Zepams são georreferenciadas, mas gostaria que isso fosse verificado, porque a própria DERSA, o próprio Rodoanel indenizou esses lotes, sinal de que esses lotes estavam irregulares naquele local para eles receberem suas desapropriações. Os lotes restantes a essa quadra, eles não seriam dentro da área verde, aí é o inverso, não é um lote invadindo a Zepam. A Zepam que, ao se delimitar na revisão, invadiu os lotes. Peço, novamente, essa solicitação.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Sr. Armando Lopes Batista, assessor, representando o Vereador Claudinho de Souza. Gostaria de dizer da satisfação em receber o Vereador José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Aloísio Areias, CADES, Casa Verde.

**O SR. ALOÍSIO AREIAS** – Boa tarde a todos. Meu nome é Aloísio Areias, sou do Conselho do Meio Ambiente, da Subprefeitura Casa Verde – Cachoeirinha – Limão, região onde não há nenhum parque municipal, só temos a Serra da Cantareira.

O nosso Cades reivindica a implantação dos seguintes parques: Parque Municipal

Sítio Morrinhos; Chácara do Niazi, que fica na Casa Verde; o Boi Malhado é uma grande área da região, que está contaminada, pedimos que seja feito um parque municipal e atenda a moradia popular das pessoas que já moram lá; o Parque Lienar Córrego do Bispo também é uma grande área, pedimos que atenda também a moradia popular que lá existe; que sejam implantados também os parques de borda, lindeiros ao Parque Estadual da Cantareira, para proteger as áreas ocupadas pelo Rodoanel. Essa é uma grande demanda que precisamos ter, porque, em vista do Rodoanel, é preciso instalar parques lindeiros para proteger a serra.

Também pedimos que seja feito um CEU no Jardim Peri, é uma grande demanda da educação da população residente.

Resumindo, sobre o meio ambiente, pedimos que seja feita a urbanização de favelas; a recuperação socioambiental da bacia hidrográfica do Cabuçu de Baixo; proteção das áreas de preservação ambiental e recuperação daquelas já degradadas; proteção das áreas mananciais da Serra da Cantareira; término das obras de canalização do Córrego do Guaraú, que ligará a Inajar de Souza até a Santa Inês; a canalização do Córrego da Água Preta.

Essa é a demanda do Cades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Jesus Cavalcante de Assis Neto, arquiteto urbanista.

**O SR. JESUS CAVALCANTE DE ASSIS NETO** - Boa tarde a todos. Como ouvi boa parte das pessoas falando sobre mais verde, até o último orador falou da questão do Parque Boi Malhado, seria importante fazer uma revisão no mapeamento de todas as áreas contaminadas.

No caso do Boi Malhado, está como ZEIS 1. Algumas escolas foram desativadas, e que poderiam hoje estar sendo utilizadas para todos, mas estão desativadas. Isso é supererrado.

Se for por moradia também, até a própria estrutura da escola pode ser revista, e

reutilizada como escola, porque precisamos mais de educação.

Então, voltando à questão, seria importante fazer um mapeamento das áreas contaminadas. Como está no mapa de zoneamento, não se pode colocar ZEIS 1 numa área que está contaminada. Isso teria de ser revisto. É muito preocupante colocar uma área dessas, até as pessoas que moram lá estão correndo risco. Isso é grande ponto que deveria ser revisto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.**

Tem a palavra a Sra. Ana Cristina Luciano, do Conselho Municipal Participativo Municipal.

**A SRA. ANA CRISTINA – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos.**

Meu nome é Ana Cristina; sou coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Casa Verde.

Estou aqui para solicitar que uma área localizada na Francisco Machado se torne ZEIS, onde, aliás, já existe uma ocupação há anos. Estamos hoje aqui para reivindicar essa área para atendê-los. Existem outros lutando para que tenha outra finalidade, mas queremos moradia. Inclusive vejo alguns moradores aqui presentes.

Temos também a área do Córrego do Bispo, onde lutamos por parques lineares. Mas também pedimos as ZEIS, para atender a necessidade de moradia no entorno, fazendo a preservação da mata. Mas que eles sejam atendidos; não retirá-los de lá e jogando mais para o fundão.

Temos também outra reivindicação: uma área na Afonso Lopes para implantar um CEU para o Jardim Peri, pelo qual lutamos há anos. Gostaríamos também que nessa área fosse implantado o CEU.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – Tem a palavra o nobre Vereador**

Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO (PSD)** – Quero dar boa tarde a todos, pedir desculpa por ter chegado um pouquinho atrasado. É que realizamos, até as 13h30, mais ou menos, a Câmara no Bairro em Perus-Anhanguera, e as principais demandas apresentadas foram sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Fiz questão de correr para cá, primeiro, por um compromisso com o Parque do Itaguaçu, que não quero deixar de anunciar. Talvez seja uma das demandas mais objetivas e mais bem formuladas que conseguimos reconhecer de transformação de zona mista em zona estritamente residencial. A tese das zonas exclusivamente residenciais, no caso do Itaguaçu, encaixa com absoluta perfeição. Primeiro: pela distância do grande centro. Na realidade, quanto mais distante do centro e mais próximo da área a ser preservada ambientalmente, tem a regra de ocupação unifamiliar por lote como uma das boas regras para a produção de vida tranquila e proteção do meio ambiente.

Então quero não apenas parabenizar a movimentação que o Parque do Itaguaçu vem fazendo, a condução que o amigo Paulo Caim vem realizando naquele trabalho, mas também os inúmeros debates realizados no parque. O debate que vem sendo feito lá dentro, o convencimento de cada um dos moradores de que, de fato, o Parque Itaguaçu deve ser um bairro-jardim, como foi apresentado a todos aqueles que foram morar, há um, dois, três, dez, quinze, vinte, trinta anos. Então contem com o nosso total apoio.

O território da Subprefeitura da Casa Verde tem uma característica toda especial porque sai da Marginal, que tem intensa ocupação, e que deve ter um incentivo a essa ocupação, geradora de emprego, geradora de riqueza, e, portanto, permitindo geração de riqueza na cidade, mas que encosta na nossa área preservada, e, portanto, é nesse território que temos de aplicar todos os nossos esforços para a sua proteção. E, se observamos a forma com que o território vai se montando, temos diversas áreas nas quais precisamos aplicar os instrumentos que o Plano Diretor já trouxe. Portanto, regularizar a regularização fundiária com

muita intensidade, e reconhecer os perímetros de Zona Especial de Interesse Social para qualificar essas áreas. A área industrial deve ter o incentivo necessário para a geração do emprego capaz de socializar riqueza no território. E que os diversos parques, que o Cades não nos deixou mentir, também realizassem a intervenção, até porque a subprefeitura não tem um parque montado nele, mas tem diversas vontades, ambições e possibilidades reais, já que tem vegetação significativa para isso, e, mais do que isso, densidade para essa realização.

Por outro lado, há uma necessidade clara de se incentivar as atividades comerciais e de serviços nos centros dos bairros. Na realidade, teremos que ter também a capacidade de reconhecer qual a incomodidade suportável, para que tenhamos cada vez mais próximo da, residência das pessoas atividade econômica regular, lícita e bem ancorada. E como sei que o nosso Relator tem tido todo o cuidado de descer o território para identificar essas diferenças, e, portanto, tratar com muita objetividade essas diferenças que os bairros têm, nós ficamos muito contentes. E trouxemos, como tem sido uma tradição nossa, um caderninho que ajuda a identificar o que está proposto para o Plano e também o rebatimento do que a legislação é hoje, permitindo que todos reconheçam as mudanças que estão sendo produzidas.

Esse era o recado que eu queria trazer, na certeza de que a população veio para a audiência apontando cada um dos detalhes da vida local. É assim que poderemos construir uma legislação que se aproxima da perfeição. Nenhum dos Vereadores tem melhor conhecimento do bairro, da quadra, da vila, do que vocês, que moram nesses lugares. E à medida que vocês nos trazem isso, a certeza é a de errarmos muito menos, e, portanto, acertamos muito mais.

Parabéns a cada um de vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB)** – Quero registrar a presença do Sr. (Ininteligível). Quero, inclusive, convidá-lo. E está aqui conosco também o Subprefeito Luís Fernando, a quem passarei a palavra.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar a Mesa na

pessoa do Vereador Paulo Frange. Queria agradecer a presença dos senhores, principalmente pela defesa do território e apresentação das demandas.

O nosso território está enfrentando um problema um pouco sério, a questão dos parques de bordas, parques que deveriam estar implantados para proteger a Cantareira – como o parque linear do Córrego do Bispo, que é uma demanda intensa da população. Além disso, uma área cultural e parques para a região da nossa subprefeitura.

Os senhores, do que eu pude ver, já se fizeram presentes, já está participativos, e é isso que interessa. Cada vez mais, a população deve se aproximar do Poder Público, apresentar as suas demandas, e, principalmente, cobrar as devolutivas.

Peço desculpas pelo atraso. E queria agradecer a presença de todos.

Uma boa tarde. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Sr. Subprefeito. Só vou lhe fazer um pedido: que o senhor peça para os engenheiros, arquitetos e fiscais para que acompanhem as diversas audiências públicas, porque é um instrumento com o qual eles vão trabalhar depois. E nessas audiências públicas, estamos sentindo falta desses profissionais, que devem acompanhar, porque amanhã alguém pode chegar e perguntar: “Engenheiro, tal coisa sobre o zoneamento” Aí ele vai falar: “Eu não sei ainda”. Isso é muito triste. Estou falando para o senhor porque eu tenho falado isso em diversas audiências públicas. É lamentável acontecer isso com os profissionais da Prefeitura de São Paulo, a não ser que já saibam de tudo e não precisem mais de colaboração, ouvindo a comunidade. Por gentileza, se o senhor puder, peça para ele ir a outras reuniões, para a gente poder ter o conhecimento geral e a comunidade amanhã aproveitar o conhecimento desses profissionais.

Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange, relator, para dar algumas explicações e fazer um fechamento das falas das pessoas que falaram.

**O SR. PAULO FRANGE** – O Sr. Romeu fez aqui uma manifestação interessante,

em relação ao que ocorre onde ele mora, numa rua sem saída. Ele questiona que está no entorno de uma zona mista, e ele não quer que essa característica seja perdida. Esse assunto vem sendo tratado e discutido. Nós tivemos recentemente ações que envolveram o Ministério Público e houve discussões que envolviam ruas sem saída e vilas. Esse assunto vem sendo tratado na Câmara. O Vereador José Police Neto tem acompanhado esse assunto conosco, como também o Vereador Gilson Barreto. A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente está também acompanhando, assim como outros Vereadores. A Lei de Zoneamento já contempla essa discussão.

Romeu, o senhor pode estar seguro com relação a sua tranquilidade em morar numa rua sem saída e com residência. Vamos lhe apresentar essa segurança.

Com relação ao que a Sra. Rita de Cássia disse, há uma preocupação sobre a Zona Predominantemente Industrial, em demarcações que, muitas vezes, perdem-se até para Zonas Especiais de Interesse Social. Nós ficamos só com 2,44% do solo de São Paulo para as Zonas Predominantemente Industriais, 1 e 2; porém, nós temos 6,7% do território demarcado como Zona de Desenvolvimento Econômico, que não deixa de ser uma atividade industrial. É indústria de tecnologia e desenvolvimento econômico dentro de outras características. A diferença entre uma e outra não é só indústria e o tipo de indústria, mas até mesmo o gabarito. Na Zona Industrial, podem construir quinze metros, e, na Zona de Desenvolvimento Econômico, podem construir até vinte e oito metros.

Com relação a tirar a demarcação de ZPI para outras atividades que não sejam industriais, só mesmo quando nós estamos encontrando territórios que foram literalmente abandonados. Ainda não mexemos em nenhum desses mapas, até para poder discutir esse assunto com a própria FIESP também. Nós gostaríamos de saber da Federação da Indústria o que ela pensa da indústria em São Paulo, mas não tivemos a oportunidade ainda de tratar desse assunto. O fato é que nós visitamos a Anchieta e encontramos indústrias absolutamente abandonadas e fechadas há 25 anos. Os proprietários nem mais mantêm guarda, porque tudo

já foi roubado: telhado e banheiros. Está um terreno vazio. Ficou mais barato deixarem roubarem tudo e não deixarem o guarda. Hoje querem construir habitação, porque a área não tem mais vocação para indústria. Então, nós não podemos perder nossos espaços industriais assim. Esses espaços são geradores de riqueza e geradores de emprego. Isso é muito importante. É lógico que mudou bastante a característica da indústria em São Paulo. A indústria chamada três não existe mais aqui, a indústria do curtume e a indústria de produção de cimento. As indústrias poluentes, de alto impacto ambiental, estão proibidas na cidade de São Paulo. Não há mais ZPI 3. A gente vai acompanhar isso com cautela. Quanto ao Sírio, ele pede o tombamento de uma área que entende como preservação, o Parque Público do Peruche. Vamos avaliar e discutir esse assunto porque há alguns tombamentos. Agora há pouco alguém falou do Parque Morrinhos, que é uma área tombada, já há pedido de tombamento. Mas vamos acompanhar esse assunto do Peruche e a expansão desse espaço que foi pedido aqui.

Daniela, essa área que você comentou, da Paula Vidigal, talvez você não tenha a idade da inauguração do conjunto, mas eu tive idade para visitar aquela área quando o conjunto estava recém-inaugurado. E vinha para cá porque era médico do Dante Pazzanese e quem não conhecia o Dr. Álvaro Simões, ou quem não conhecia o Dr. Oswaldo Guimarães na Cachoeirinha, não conhecia nem a Casa Verde e nem Cachoeirinha. Eram as duas referências. E no meio tínhamos a Deputado Emílio Carlos, avenida também com nome de um médico.

Então era assim a história dessa região há 40 anos. Quando fui conhecer aquele conjunto, me assustei com a largura das ruas e por não ter carros. Não tinha nada. As pessoas não tinham carro e parávamos em 90 graus e ainda sobrava lugar para passarem carretas. Hoje não há mais nada. Aumentou demais o número de veículos por habitação - agora há pouco alguém falou sobre isso muito bem – e essa região ficou estrangulada.

Esse é um assunto que não temos como resolver no zoneamento, mas vamos encaminhar o seu pedido para a SPTrans e a CET, para que nos apresentem uma proposta de

estudo viário e possamos acolher uma situação que envolve hoje o trânsito na região. Muito mais no sentido de estacionamento, porque é possível utilizar de forma racional um viário daquela largura, que foi superdimensionado na época e hoje está pequeno.

Miriam, representante do Vereador Calvo, falou de uma Zepam. É importante conhecermos essa área. Era da Indústria Matarazzo, do clube. É uma área que precisamos acompanhar. O Paulo já havia falado conosco sobre esse assunto. E também com relação à ZPI, zona industrial, que hoje está marcada como zona de desenvolvimento econômico.

Vamos discutir esse assunto à luz do que existe na realidade. É possível rever, mas essa região toda, ao invés de ficar como ZPI ficou como zona de desenvolvimento econômico. São as atividades desenvolvidas dentro desses 6,7% do território de São Paulo.

Isso é importante. Vejam que saindo daqui vamos encontrar outro polo de desenvolvimento econômico no Jaguaré, onde será o polo de desenvolvimento tecnológico ligado ao perímetro vizinho da USP, na zona Oeste de São Paulo.

A Gilda Pimentel falou dos lotes que estão lindeiros ao Rodoanel, junto a Itaguaçu. Estão como Zepam, na verdade as áreas foram até desapropriadas. A história do georreferenciamento é realmente complexa. Facilita demais, mas temos uma discussão muito grande quando envolve o número de INCRA e muitas vezes há a dificuldade de acertar todos os pontos. Vamos olhar o caso especificamente, para que possamos identificar se há algum equívoco.

Os parques que foram pedidos aqui, realmente são pertinentes. Alguns existem ou existem em projetos e temos de transformá-los em realidade. Todos esses espaços destinados a áreas verdes, em São Paulo, foram juntados numa única figura. Uma somatória de verde, comparado com os verdes de 2004, corresponde a quase 16% a mais. Ou seja, temos verde de características diferentes, mas que os perímetros somados aumentaram a área, porque agora temos um controle de que áreas temos.

Então temos áreas de clube 1, que são clubes urbanos; áreas de clube 2, que são

rurais. Temos parques, praças, Zepam e ZEP, Zona Especial de Proteção, que são parques estaduais ou municipais. É o caso do Parque do Carmo e também há o caso do Parque da Cantareira que, inclusive, é tombado.

E por fim, a discussão da contaminação aqui nesse espaço. A demarcação de um espaço desses como ZEIS, com certeza, não há possibilidade se houver contaminação. Isso está muito claro, a legislação é muito clara e segura.

O último pedido foi da Ana Maria com relação à implantação de CEU numa região que ela entende que seja pertinente. Passaremos esse pedido para a secretaria de planejamento da Secretaria de Educação para que eles possam nos dar uma posição relativa ao que existe sobre a possibilidade de um CEU nessa região, e, se existe, para quando. Temos uma relação de CEUs, que serão edificados ainda nesse Governo e outros, que farão parte de outros governos, porque é um equipamento da melhor qualidade e de grande alcance social.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado, Sr. Relator.

Tem a palavra a Dra. Penha, para as suas considerações finais.

**A SRA. PENHA** – Vou esclarecer três pontos apenas. A primeira questão é a do Parque Itaguaçu. O loteamento, que está regularizado e aprovado e dentro de uma área ambiental – Zepam - pode atender ao §2º, do artigo 20, que, diz que se ela não for objeto do plano de manejo – como é um zoneamento, ela não vai ser – atende à zona vizinha, que é a ZMA. Então, acho que isso já está contemplado e se você quiser corrigir, poderá corrigir. Mas todos os perímetros das zonas ambientais, se elas são parques estaduais, o perímetro vem da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e se as zonas ambientais são municipais, o perímetro vem da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Eles que nos deram todo esse limite em georreferenciamento para a gente colocar no zoneamento. Então, a gente não pode mudar o que essa Secretaria nos enviou.

O segundo ponto é a questão da ZDE, ali embaixo perto da Marginal. É uma ZDE-

2, que permite praticamente todas as indústrias IND-2, IND-1 a IND-B, IND-2; são poucas que não podem – acabei de ver isso – e ela não pode ter edifício. Então, não vai ter conflito entre edifícios verticais residenciais como indústria lá. Eles pleiteiam um aumento dessa ZDE e isso fica a cargo de vocês analisarem com a Câmara, o que acho bastante pertinente.

E o terceiro ponto é a questão da vila, da rua sem saída. Isso está contemplado no artigo 63, do PL 272. Gostaria que vocês lessem, a gente teve o cuidado de realmente proteger as vilas, as ruas sem saída como um conjunto de urbanos de baixa densidade. Então, vocês estão contemplados e podem ver esse artigo. Qualquer coisa eu posso explicar para vocês.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Por último, ouviremos a mensagem do nobre Vereador Calvo, combativo na Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. CALVO** – Boa tarde a todos os senhores e senhoras. Hoje está um dia corrido, com muitas atividades e imagino para o Relator e para esta comissão.

Nós temos já nos reunido com muitas lideranças do bairro do Limão, da Casa Verde, da Casa Verde Alta, do Parque Peruche, daquela parte da Vila Espanhola, da Cachoeirinha, da Vila Santa Maria, do Jardim Peri, do Jardim Vazani, da Pedra Branca, porque a nossa subprefeitura vai desde a Marginal até a divisa de Mairiporã. Temos problemas gravíssimos, por exemplo, o Parque Linear do Bispo. Nós não podemos nos esquecer de que faz parte inclusive da preservação da preservação da Serra da Cantareira. Eu trouxe um material da reivindicação de todas essas pessoas. Nós temos reivindicações de âmbito cultural. Por exemplo, manter *status* do quadrilátero da cultura afro-brasileira morada do samba do Parque Peruche, mas reivindicando agora a Unicef do Parque Peruche. Nós temos aqui com o subprefeito todo um trabalho do viário da região, nobre Vereador Police Neto. Este caderno Casa Verde, que está em minhas mãos, foi feito um similar em muitas reuniões com os delegados do Orçamento Participativo, com as lideranças da região da Subprefeitura Casa Verde-Limão-Cachoeirinha, inclusive Luís Fernando era o coordenador de obras e ele foi o

coordenador do Plano Diretor 2004. Poucas coisas modificaram para o Plano Diretor de 2014, que votamos. É claro que houve necessidade de modificações, a Cidade toda cresce, o que era importante ontem não é hoje e não será amanhã, por isso existe Plano Diretor.

Como estou indo a todos esses eventos e já estamos no encerramento, para não cansar mais todos aqueles que estão aqui, digo àqueles que se reuniram ontem, anteontem e marcamos de nos encontrar, que não tem problema, eu vou encaminhar na Câmara Municipal, vou encaminhar para o Relator, vamos fazer os estudos, vamos voltar com os encaminhamentos e o retorno para discutirmos com todo o povo desta região. Aquilo que o Governo achar que pode atender através do Relator já está contemplado. Então podemos ficar tranquilos; quanto àquilo que não estiver, vamos continuar lutando.

Esse é o nosso compromisso. Por isso existe a Comissão na Câmara Municipal. Caso contrário, o Governo faria sozinho. Então, o Governo precisa ouvir os Vereadores, os quais ouvem as suas bases, o povo, as suas regiões. Desse jeito, fica uma coisa muito participativa e muito democrática, e é por isso que a gente tem lutado.

Então, fiquem tranquilos, eu só agradeço a oportunidade, apesar de ter chegado tarde, de ter chegado a tempo de saudá-los, de parabenizá-los e colocar os posicionamentos. O Vereador Frange conhece bem a região, o Vereador Police Neto é um grande estudioso do Plano Diretor, o Vereador Gilson Barreto é o Presidente e está trabalhando firme na condução da Comissão de Política Urbana, e nós estamos afinados com esse compromisso com vocês. Fiquem tranquilos.

O que não foi contemplado pelo grupo que debateu nesses últimos dias, que foi colocado aqui, com certeza o Vereador Frange é muito competente e já está registrado. Aquilo que porventura surgir, a Câmara está lá, as reuniões da Comissão de Política Urbana, eu estarei aqui, a subprefeitura estará sempre aberta. Mas nós vamos fazer mais reuniões, não se incomodem, mesmo sem a presença da Comissão de Política Urbana. Eu vou me reunir com os comerciantes de Cachoeirinha, com os comerciantes do Bairro do Limão e assim por diante

e aí vou encaminhar. Serei um representante, um encaminhador das reivindicações de vocês que porventura não foram contempladas.

O Vereador Paulo Frange é meu irmão, tenho certeza de que ele vai atender a tudo que eu pedir, e com o apoio dos Vereadores Gilson Barreto e Police Neto.

Obrigado a todos. Parabéns a vocês que estão lutando para o progresso da região de vocês, da vizinhança, do seu próximo. É assim que nós vamos construir um Brasil melhor.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – O Vereador Calvo é um Vereador combativo, por quem nós temos um respeito muito grande.

A Lei do Zoneamento foi encaminhada à Câmara pelo Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, do Sr. Fernando Mello Franco, representado aqui pela Dra. Penha. Essa lei é para ser discutida e votada pelos Srs. Vereadores. E claro que precisa de audiência pública. Nós poderíamos fazer oito ou dez audiências, uma em cada região de São Paulo e tudo bem. Não. Nós somos ligados a comunidades, nós conhecemos os problemas das periferias de São Paulo, nós acompanhamos, então temos uma responsabilidade muito grande, nós Vereadores que somos estudiosos do assunto e conhecemos de perto. O que nós fizemos? Nós definimos juntamente para fazer 46 audiências públicas, uma em cada região das subprefeituras, além de reuniões temáticas. Toda segunda-feira é na Câmara Municipal de São Paulo, nesse dia nós vamos falar sobre meio ambiente, cultura, tudo será discutido. Além das audiências, teremos as temáticas, das 19h às 22h na Câmara Municipal, para a qual vocês estão convidados. Queremos a presença de vocês, principalmente dos movimentos ligados ao assunto. Nós não temos nenhum constrangimento em qualquer segmento da sociedade, seja econômico, seja movimento de moradia, movimentos populares. Podem nós procurar, a qualquer dos Srs. Vereadores, para poder fazer as reivindicações que vão atender a sua comunidade. Não há problema nenhum. Pode fazer por escrito, levar à Câmara Municipal, no segundo andar, sala 213, protocolar, ou nas

audiências através dos computadores, onde você receberá um número para acompanhamento. É jogo aberto. Não é porque veio do Executivo que o projeto vai ficar como está. Não. Aquilo que for bom para a comunidade nós não vamos mudar; aquilo que é importante continuar continuará. Mas o que nós queremos é atender principalmente ao anseio da população, não é só fazer audiência pública para fazer de conta. Não tem isso com a gente. Mesmo porque cada um de nós tem uma responsabilidade. Fui colega do pai do Vereador Calvo, que foi Vereador, grande homem, eu estou no sexto mandato, o Vereador Paulo no quinto, o Vereador Police Neto tem vários, é estudioso no assunto.

Então temos vivência e nós gostamos e a Câmara Municipal tem uma responsabilidade muito grande. O Presidente, Vereador Antonio Donato, está levando também a Câmara Municipal, com a Câmara no Seu Bairro, a todas as subprefeituras para discutir todos os assuntos. Outros Vereadores não estão vindo às audiências públicas dos bairros porque eles têm oportunidade de acompanhar os trabalhos na Câmara e estão indo à Câmara no Seu Bairro e fica difícil. Nós também estamos deixando de ir ao Câmara no Seu Bairro, nós também estamos perdendo. Mas, enfim, nós temos nossa missão. Estamos ganhando aqui com vocês esse grande aprendizado que estão nas manifestações feitas.

Convido a todos para a reunião temática da próxima segunda-feira e agradeço a presença de todos, a contribuição que vocês nos trouxeram. Transmita ao Secretário Fernando os nossos agradecimentos. Que Deus ilumine a todos conduza a seus lares todos vocês.

Estão encerrados os nossos trabalhos.